

Fantasma com alma – relatos de uma dona de casa sobre patriarcado e educação

Ghosts with a soul - a housewife's tales of patriarchy and education

Vanessa Lemos de Toledo¹, Valéria Oliveira de Vasconcelos²

RESUMO: Este relato de experiência emergiu de um exercício de pesquisa etnográfica e suscitou reflexões sobre diferentes compreensões de mundo tendo como foco a educação, a cultura e a formação de subjetividades sob a égide da racionalidade capitalista. Para tanto conversamos com uma dona de casa, representante de um grupo tipificado como “inferior” frente à ideologia dominante e marcado pela desigualdade de gênero. Os relatos desvelam toda uma história circunscrita pelo patriarcado e pela colonialidade na qual, principalmente as mulheres pobres, que por opção ou imposição, vivem ocultas no trabalho doméstico. Entre os anúncios identificamos a urgência de lutar contra uma perspectiva hegemônica - em que o ser produtivo/a é visto como virtude e até mesmo imperativo moral – em busca do “ser mais”.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Educação Popular; Colonialidade; “Ser mais”.

ABSTRACT: This experience report emerged from an ethnographic research exercise and raised reflections about different understandings of the world, focusing on education, culture and the formation of subjectivities under the aegis of capitalist rationality. To this end, we talked to a housewife, representative of a group typified as "inferior" according to the dominant ideology and marked by gender inequality. The reports reveal an entire history marked by patriarchy and coloniality in which, especially poor women, who by choice or imposition, live hidden in domestic work. Among the ads we identify the urgency to fight against a hegemonic perspective - in which being productive is seen as a virtue and even a moral imperative - in search of "being more".

KEYWORDS: Gender; Popular Education; Coloniality; “Being more”.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência emergiu de um exercício de pesquisa etnográfica proposto no escopo de uma disciplina de Mestrado em Educação denominada “Educação como Cultura”. Pretende suscitar reflexões sobre a relevância de diferentes formas de saber popular na construção da cultura e na formação da identidade dos sujeitos, e questionar a interferência da racionalidade

1 Professora de Ensino Médio e Técnico na ETEC Ferrúcio Humberto Gazzetta função; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE); ORCID; orcid.org/0000-0003-4174-1246; vanessalgeo@hotmail.com.

2 Docente do PPGE da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEDUCS) da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS); orcid.org/0000-0002-0616-2372; profa.valeria@uniplaclages.edu.br; valeriaoliveira@univas.edu.br.

capitalista/patriarcal, o que Dussel (1974, p. 132) define como “mecanismo pedagógico da dominação cultural”.

Para a realização do trabalho entrevistamos uma representante de um grupo social tido como invisibilizado: mulher branca, mãe e dona de casa³. A escolha baseou-se na percepção que temos sobre o grupo, que é tipificado como “inferior” na sociedade capitalista e marcado pela desigualdade de gênero, como corrobora Walsh (2014, p. 407), ao afirmar que a: “imposição da colonialidade do saber que diz que apenas o conhecimento eurocêntrico é válido e que as mulheres, especialmente as indígenas e afro, nada sabem.”. O marcador racial não incidiu especificamente na vivência de Maria, que embora latino-americana, é branca. Contudo, enfatizamos que a colonialidade se configura no capitalismo pela simbiose entre as categorias classe, gênero e raça, como explica Saffioti (2015), e, ainda enreda outras categorias como a de heteronormatividade compulsória, exposta por Lugones (2014), Rubin (2017) e Wittig (2022).

Valores impostos pela colonialidade apontam a mulher como subalterna ao homem, com papéis sociais definidos pelos e para os homens e, quando não desempenha trabalho remunerado, converte-se como inútil aos olhos da sociedade, muito embora faça girar a roda do sistema capitalista⁴. Importante ressaltar que a mulher branca, mesmo pobre, possui privilégios quando comparada a homens negros. Essa lógica ainda é mais perversa quando tomamos a realidade vivida pela grande parte de mulheres negras, em particular na América Latina. Como escrutina Gonzalez (1984), a neurose cultural brasileira articula racismo e sexismo produzindo “efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”.

O capitalismo se sustenta na mercantilização e busca insaciável pelo lucro máximo, assim, nessa perspectiva, o trabalho humano “adquire um preço apenas se for avaliado como lucrativo” (Ramose, 2010, p. 167). Então, nos propomos a acolher as considerações da dona de casa participante da experiência, interpretando suas ponderações e contribuições para a articulação de perspectivas sobre os processos educativos que emergem do cotidiano ordinário.

A entrevista foi realizada por meio do *whatsapp*. As perguntas foram escritas e as respostas partilhadas em áudio para facilitar a transcrição. Apesar de transcrita, a entrevista não foi utilizada

³ Quando refletimos sobre as vivências das mulheres da América Latina sob o viés da colonialidade, o racismo é um dos principais atravessamentos a ser considerado. Entretanto, “Maria” (nome fictício) que foi nossa interlocutora nesta experiência, é branca. Desta forma, o recorte racial foi somente tangenciado no texto. Reconhecemos, porém, que se “Maria” fosse negra, seguramente outras narrativas seriam reveladas, bem como outras cosmovisões.

⁴ Importante marcar também que este doloroso relato de experiência vem de uma narradora (branca) e pertencente a classes subalternas – exploradas – já que, para a maioria das mulheres das classes mais elevadas, especialmente as mulheres burguesas (majoritariamente brancas), existe outro tipo de visibilidade que não depende de participar ou não do mercado de trabalho, muito pelo contrário: mulheres burguesas aparecem constantemente na crônica social, praticam atos filantrópicos que rendem descontos no imposto de renda, e que são magnificados pela mídia corporativa para agradar o empresariado. São muitas as estratégias das quais tais mulheres se servem para se tornarem visíveis como se fossem “ornamentos” de seus maridos, obedecendo à máxima “bela recatada e do lar”. Por outro lado, a invisibilidade de que trata o presente texto é também decorrência da pobreza e da subalternidade.

na íntegra em função dos recortes feitos. Além disso, alguns trechos não seguiram a ordem temporal das falas durante o depoimento, isso porque escolhemos adequá-los de acordo com categorias temáticas, que versaram principalmente sobre uma possível invisibilidade social.

No presente relato, refletimos brevemente sobre o patriarcado e a colonialidade presentes no cotidiano para, em seguida, apresentar relatos em que uma mulher branca, mãe e dona de casa se considera invisibilizada, problematizando a exigência da produtividade dentro do sistema capitalista e a desvalorização do trabalho (re)produtivo realizado pelas mulheres. Na seção seguinte, argumentamos, em diálogo com a participante e com um referencial baseado nas teorias feministas e decoloniais, sobre como a invisibilidade social é criada e mantida por meio de ideologias de um grupo dominante e instaurada sob a égide do capital. Por último, a partir da ótica decolonial, em que aparecem as relações de gênero, apontamos possíveis caminhos que incitem ações de combate à condição de “não ser” e busca do “Ser mais”.

COLONIALIDADE E PATRIARCADO

O pensamento eurocêntrico se alastrou em nosso continente através da colonização iniciada no final do século XV e foi se atualizando durante o processo de mundialização do capitalismo. Embora tenha passado por transformações, a estrutura capitalista continuou alicerçada por pilares racistas e patriarcais. De acordo com Federici (2021, p. 17), “Um fator que permitiu ao capitalismo se reproduzir até nossos dias foi precisamente sua capacidade de mobilizar setores do proletariado como instrumentos de políticas racistas, machistas e favoráveis ao avanço da colonização”.

O capitalismo pauta-se na acumulação e consolida-se na desigualdade social - para que alguns ganhem, outros têm que perder. A economia globalizada capitalista conserva a lógica da competição em que a sobrevivência individual deve prevalecer, mesmo que isso signifique acumular riquezas em detrimento da vida de outro ser humano (Ramose, 2010). Dessa forma, a exploração e a exclusão social são visíveis e foram perniciosamente introjetadas no imaginário social, por meio da colonização, como algo inerente ao sistema. Os detentores do capital atribuem as desigualdades às leis de mercado, à concorrência e à meritocracia. Somente sob a perspectiva capitalista, ser produtivo/a tornou-se uma virtude e até mesmo imperativo moral (Federici, 2021).

Historicamente o patriarcado se consolida através do controle da sexualidade e reprodução das mulheres e é anterior ao capitalismo. Lerner (2019) afirma que a partir da primeira divisão sexual do trabalho, foi aceita uma classificação social com base em características visíveis: o sexo. Durante esse processo, os homens brancos, burgueses, europeus, estabeleceram sua dominância e a subordinação da mulher branca, mas principalmente negra, passou a ser entendida como natural.

A colonialidade fortalece essas estruturas reproduzindo ideologias sexistas, misóginas, machistas e racistas. Embora o racismo e o patriarcado sejam sistemas anteriores ao capitalismo, com o nascimento do último, houve uma fusão entre esses sistemas de dominação-exploração. “Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração” (Saffioti, 1987, p. 60).

Muito embora o presente relato trate da experiência de uma mulher branca, é preciso ter mente a contribuição de feministas negras quando evidenciam que o sexismo não é universal e, nem tampouco cria compulsoriamente a sororidade. Sendo assim, como orienta Bairros (2020), evidenciamos o racismo e sexismo como esferas não separadas e por isso o enfrentamento deve organizar-se de forma multidimensional.

A racionalidade moderno/colonial pretendeu ser universal e a produção do conhecimento tido como legítimo foi produzido majoritariamente por homens brancos e europeus. Sob essa perspectiva patriarcal, as mulheres foram marginalizadas e “colocadas como vítimas do processo histórico” (Lerner, 2019, p.273).

Como um exemplo dessa estrutura, trazemos uma mulher branca, pobre, dona de casa, tipicamente partícipe de um matrimônio monogâmico que, segundo Ramose (2010) foi mais amplamente estabelecido no ocidente quando com o advento da Revolução Industrial. Ainda de acordo com o autor,

[...] a partir de então, as relações entre esposo e esposa passaram a estar estruturadas com base na suposição de que ele se encontrava num patamar superior a ela. Esta suposta superioridade do esposo delegava-lhe ‘naturalmente’ proeminência na esfera pública. Neste caso, o princípio legal operativo era o poder marital, o qual estabelecia a minoridade legal da esposa durante o matrimônio. [...] A domesticação legal da esposa viria a ser utilizada pela industrialização crescente como forma de preservar a desigualdade estrutural dentro do casal, ao mesmo tempo que fornecia ao esposo um elevado poder económico, em detrimento da esposa. Juntamente com as crianças, a esposa era simplesmente um apêndice do marido, propositalmente chamada de ‘dependente’ (Ramos, 2010, p. 170).

Como um espelho colonial e latino-americano desse sistema, passamos agora a conversar com nossa entrevistada.

MULHER BRANCA, DONA DE CASA, INVISIBILIZADA

Maria completou 64 anos em julho de 2023 e trabalha no comércio. Teve a primeira filha com 22 anos de idade no ano de 1982 e o segundo filho em 1996. Logo após o nascimento da primogênita optou por não trabalhar até que a menina crescesse e completasse 10 anos ou 12 anos.

Voltou ao mercado de trabalho em 1994, entretanto, engravidou do segundo filho pouco tempo depois.

Eu tive que começar tudo de novo. Cada vez que passava dez anos. Porque eu sabia que eles (filha e filho) poderiam me falar, poderiam se defender, para eu começar a trabalhar. [...] então hoje eu estou com sessenta e ainda não me aposentei por esse motivo.

Foi enfatizado em toda a conversa, que além da dificuldade em conseguir vagas em creches, não havia suporte a mães que pretendiam voltar/ingressar no mundo do trabalho, como casas de apoio ou cursos profissionalizantes. O que existia eram instituições privadas que cobravam pelos cursos e que, por isso, não contribuíam para donas de casa pobres que tinham a intenção de se profissionalizar.

Quando eu me sentia uma fantasma por eu não ter um serviço, um emprego, uma profissão, pois não tinha curso profissionalizante, porque tudo era pago e como eu não trabalhava não tinha como pagar. Eu tinha sonho. Eu tinha sonho de ser cabelereira, por exemplo, quando era jovem, mas não tinha como pagar o curso para mim, não dava, a renda não dava. Então, a sociedade toda não me via como pessoa. Me vestia mal, não tinha o cabelo legal, não fazia unha, não me sentia uma mulher arrumadinha, certinha. Não, não tinha. Eu usava o que me davam.

Para Federici (2021), até mesmo os grupos mais progressistas condenaram o trabalho doméstico à marginalidade do capital e, portanto, externo à sua ação revolucionária. A experiência relatada mostra que, ao escolherem (ou serem impelidas a) não trabalhar para cuidar dos filhos/as, grande parte das donas de casa pobres são impiedosamente condenadas às sombras, sem reconhecimento, sem identidade⁵.

É um fantasma, é um ser humano inferior. Até no jeito de falar, ela se sente inferior. E se a pessoa acusar você muito bruta no falar, ela se sente aquilo que a pessoa está falando que ela é. Porque ela não se dá valor, ela não tem valor para ela mesma. Já na sociedade ela não tem. A gente sente que a sociedade não dá valor.

Pessoas que não possuem renda estão alijadas de uma sociedade que valoriza o “ter” e não o “ser”. Nesse sentido, Federici (2021, p. 29) adverte que é preciso enxergar a existência da exploração além da presença do salário e que, para a manutenção do capitalismo, “existe o trabalho oculto de milhões de mulheres”. Desde a colonização, a mentalidade europeia, capitalista e racista, já desvalorizava e classificava como inferiores os indivíduos e grupos que não exerciam trabalho assalariado. Entre esses grupos inferiorizados estavam povos indígenas, a população negra e as mulheres, já que na convicção eurocêntrica, o trabalho era privilégio de “homens” e “brancos”.

⁵ Na presente experiência, a casa era gerida economicamente pelo marido, o que se configura um privilégio muitas vezes específico da branquitude. Outros casos mereceriam uma análise diferenciada, tais como se Maria fosse negra, solteira, ou se não tivesse a “escolha” de ficar em casa para cuidar das/os filhas/os.

Uma das marcas mais perversas do capitalismo é a assunção, por parte de pessoas oprimidas, dos valores e pressupostos que os coloca na condição de “não ser”.

Eu me sinto assim. E eu fui dona de casa. Eu não fui uma viciada, eu não fui uma bandida, não fui. Eu só fui uma dona de casa e eu não tinha respeito de ninguém, não fui valorizada por ninguém, por ninguém! Nenhum órgão, nem sociedade, nem família, nem ninguém. Nem ninguém!

“PRODUZO LOGO EXISTO”: A LÓGICA DO CAPITAL

No sistema capitalista, o trabalho remunerado é identificado como uma forma de obter dinheiro para consumir e satisfazer desejos. Quando alguém escolhe (ou é levada a) “ser mãe e dona de casa”, parece que está abrindo mão de ser qualquer outra coisa. Maria enfatizou, a todo o momento, a importância de ter uma profissão para ser reconhecida, para se sentir um “ser no mundo”. Para o sistema capitalista, o valor do ser humano é reduzido à sua capacidade de produzir e fornecer um serviço (Ramos, 2010). Consequentemente, é espalhada a ideologia de que o dinheiro é soberano, sendo assim, produzir e consumir são atividades supervalorizadas.

[...] quando você não tem uma renda parece que você não é respeitado, você não é gente, você não tem palavra. Você não entra em um lugar e vamos comer isso. Não. Você entra com a pessoa e come o que a pessoa vai pagar. É assim. Então é muito difícil.

Partindo da análise Lugones (2014) que entende sexo e gênero como construções da sociedade moderno/colonial, na perspectiva eurocêntrica, a feminilidade foi atrelada ao trabalho doméstico e ao cuidado como se as mulheres “naturalmente” possuíssem habilidades para tais funções⁶.

Para Federici, (2021, p. 33) o conceito de família e trabalho doméstico escoraram o desenvolvimento do capitalismo. Na fala de Maria, como mulher branca e pobre, a “profissão dona de casa” é a mais invisibilizada:

Você recolhe bandeja e você não é enxergado. Você varre a rua e não é visto. Só que o pior de tudo é a dona de casa, porque não tem renda. Eles são invisíveis, mas voltam para casa com uma renda! Depois de um ano trabalhando vem as férias. Então esses são invisíveis, mas têm renda! E pode ter ainda um sonho. Dona de casa nem sonhar pode! Nisso, você escolheu o pior, que é a dona de casa.

⁶ A organização social e papéis de gênero nos territórios colonizados na América e África não correspondiam à ordem atribuída pelo colonizador. Oyeùmí (2021) detalha que, entre os Ioruba, na África, as famílias não se configuravam tendo o gênero como critério, mas sim a *senioridade*, ou seja, relacionada à idade relativa das pessoas. Já Segato (2021) critica o binarismo marcado na racionalidade moderno/colonial quando detalha que, entre as populações originárias da América Latina, existiam relações de dualismo e complementaridade entre homens e mulheres, sendo os mundos doméstico e público inteiros e complementares.

Maria expressa um sentimento que abarca principalmente as mulheres pobres, no caso específico, uma mulher branca, entre milhões de mulheres que têm seu trabalho na solidão do lar e numa rotina de privações.

PADRÃO DE GÊNEROS E NATURALIZAÇÃO DE COMPORTAMENTOS

Na entrevista percebemos que a ideologia machista e sexista mantida pela colonialidade é reforçada pelos vários tipos de educação, seja escolar ou não. A normalização de hábitos e a cobrança por padrões de comportamento, sobretudo quando se trata do gênero feminino, se mostraram muito presentes, principalmente no que tange a corresponder à desejada abnegação materna.

É... Por exemplo, se eu entrasse em uma loja, olhasse algo que eu gostasse, eu tinha que pensar primeiro nos filhos e nas coisas que eu necessitava em primeiro lugar. Para mim eu era sempre última, por isso... entendeu?

Para Zanello (2018) os processos de subjetivação das mulheres se dão pelos dispositivos amoroso e materno⁷. O dispositivo amoroso remete à ideia de que “ser mulher”⁸ significa se sacrificar por amor a outra pessoa e, na maioria dos casos, obrigatoriamente a um homem e sua prole.

[...] o modelo de amor atual se apoia na afirmação da heterossexualidade como amor “natural”, bem como configura o matrimônio a via legítima para a realização do amor/paixão [...] as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem, é um fator identitário para elas. (Zanello, 2018, p.84)

Quando trazemos a discussão sobre depender da renda do companheiro, entramos em uma seara muito maior do que ter ou não emprego. Tratamos sobre desigualdade de gênero. A ideologia machista define que a mulher só tem o “direito de falar” caso ela exerça uma função remunerada, desqualificando os trabalhos domésticos que automaticamente são atribuídos ao gênero feminino. Para Whitaker (1988)⁹, independentemente de exercer uma função remunerada, mulheres, mães e donas de casa são sujeitos imbuídos de sentimentos, sonhos e expectativas. Elas também educam e

⁷ É importante ressaltar que o processo de subjetivação de mulheres negras é interpelado por outro dispositivo, denominado por Carneiro (2023) como dispositivo da racialidade.

⁸ Em meados do século XIX, Soujourner Truth já problematizava a categoria mulher como universal e defendia que a experiência de ser e estar no mundo era bem diferente entre mulheres brancas e negras. Já no final do século XX, algumas autoras do transfeminismo e feminismo lésbico, entre elas Judith Butler, questionam quando a categoria “mulher” como processo que possa ser acabado em determinado momento.

⁹ A professora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker contribuiu fortemente na construção desse relato. Socióloga de formação, com Mestrado e Doutorado na Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Oxford foi uma ativa militante feminista e da Sociologia Rural. Infelizmente faleceu antes da finalização do texto, mas sua presença segue impregnada em nossas almas e de quem teve o privilégio de conviver. Ave Dulce (1934 – 2023).

constroem conhecimento, mesmo em um espaço limitado às casas e à família, geralmente. Elas transmitem, criam ou recriam cultura, contudo, também existe a tendência em reproduzir padrões de comportamento que reforçam ideologias e a permanência de atitudes e pensamentos machistas, opressores, limitadores e preconceituosos em relação ao gênero feminino.

Enfatizamos assim, a importância da inserção de donas de casa e mães nas discussões sobre igualdade de gênero. Os mais diversos movimentos feministas (entre eles o transfeminismo, feminismo negro, feminismo decolonial, feminismo comunitário, etc.), não podem esquecer-se desse grupo muitas vezes menosprezado. Donas de casa e mães tomam para si a responsabilidade de educar filhos e filhas mas, não raro, não se percebem como essenciais para o desenvolvimento de identidades e concepção de cultura. Maria é uma entre as mulheres que reconhecem a relevância da família para a produção de saberes, mas não se vê como protagonista nessa ação.

Sim, eu acho que [a família] é a base para qualquer pessoa, para se tratar qualquer pessoa, para você viver nesse mundo. A base é respeito, caráter, dignidade, amor. Essa é a base, esse é o alicerce. E nada sem alicerce fica, fica por mais tempo, nada. Ela cai, ela desaba. Então, é o alicerce, é isso, entendeu? Mas a gente se sente menor, não adianta. A gente se sente pequena, mesmo. E... Sei lá ... Talvez se um dia alguém procurar: - Você não quer me ensinar isso? Falar como você viveu isso? Talvez eu ensine sim, mas é importante você ter curso, sim. Estudar, sim. Se preparar, sim. Ter oportunidade, sim. Entendeu?

Maria contrapõe a educação que ocorre na família e a que ocorre na escola, e as hierarquiza:

Quanto mais você vive, mais experiência você tem. Então, tudo bem, pode ser sim, ensinado, sim, mas precisa de estudo, né? Precisa de informação. Quanto mais você se informa, mais você estuda, mais você aprende as coisas e pode ensinar. Agora, a dona de casa pode passar amor, pode passar caráter, dignidade, é ... O que é certo, o que é errado. Aí, a pessoa escolhe. Mas o que mais pode ensinar uma dona de casa, fala para mim? Você entendeu? Fazer um arroz, um feijão? Isso qualquer lugar que você abre na internet tem. O que ela pode ensinar, fala para mim?

Maria não se vê “ensinando algo”, apesar de ter assumido o cuidado e educação da filha e filho como tarefa pessoal. Desqualifica suas qualidades reduzindo-as às tarefas domésticas e não como uma mulher que produz e reproduz conhecimentos. Quando trata de apoio externo, embora reticente, enfatizou em vários momentos a relevância dos movimentos feministas, mesmo que não nomeando dessa forma, como perspectiva para a transformação da realidade aflitiva, penosa e subjugada que muitas mulheres suportam.

Tanto as que são espancadas e que são destruídas moralmente, e mesmo as que não são, mas que se sentem menores, menosprezadas, pequenininhas. Entendeu? Eu acho que essas mulheres têm que ter um apoio.

Essa constatação gera uma provocação em relação às maneiras como os movimentos feministas e os feminismos são apresentados às mulheres e porque muitas delas, mesmo resistindo e desejando igualdade, não se reconhecem ou não gostam de autodenominar como feministas. Essa inquietação merece ser problematizada, para agregar um contingente maior de mulheres e suas diversidades.

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. (Lugones, 2014, p. 949)

Conforme destaca Walsh (2014, p. 415), “A construção de um feminismo decolonial abordará todas estas fases da vida sob e contra a colonialidade como agentes com uma longa história de resistência, e o fará de uma forma articulada, nunca compartimentada.”¹⁰. Portanto, considera-se que os movimentos feministas, assim como transfeminismo, o feminismo negro, decolonial, chicano, comunitário, entre outros não hegemônicos, quando contemplam a singularidade e pluralidade das mulheres, são fundamentais para a superação de situações de opressão sofridas por elas. Os feminismos também apontam caminhos para a transformação de realidades que oprimem homens e mulheres subalternizados/as pelas elites burguesas, em sua esmagadora maioria, masculina, branca e heterossexual. Pesquisadoras/es e educadoras/es podem fomentar reflexões sobre comportamentos naturalizados e amarrados pelos laços da colonialidade e se aproximar da realidade de mulheres que sofreram e ainda sofrem diante da desigualdade de gêneros que subjuga o feminino em relação ao masculino.

Porque toda dona de casa, toda mulher, porque ela resolver ser ou deixar de ser, ou só ter filhos, ou só ser dona de casa, ela deveria ser respeitada. Mas não é assim que acontece. Não só a sociedade, principalmente os homens, não respeitam as mulheres ... hoje em dia é assim. E nem nunca foi respeitada se não tiver um trabalho, um salário.

Sobre suas perspectivas em relação ao lugar da mulher no espaço público e cargos remunerados em várias esferas atualmente, a entrevistada apontou que houve melhora, mas principalmente por sua maior inserção no mercado de trabalho. Pessoas como Maria, oprimidas e sufocadas no lar, aspiram o reconhecimento por suas capacidades e a oportunidade de serem ouvidas enquanto sujeitas históricas.

As pessoas antigas foram criadas como eu fui. Casar, ser dependente do marido e ter cabeça baixa para o que ele fala. Hoje em dia as pessoas discutem. As pessoas

¹⁰ Tradução livre das autoras.

modernas discutem tudo com o marido, o que vão fazer. Na minha época eu não tinha esse direito. Minha mãe não tinha esse direito. A gente até tentava, mas por eles falarem mais grosso ou mais alto, você ficava quieta, “tá bom”. Entendeu? Então é isso, a diferença é que você tinha que abaixar mais a cabeça. Hoje com a profissão e a mulher trabalhando, hoje a mulher moderna, o que significa? É trabalhar, é ter profissão é ter salário. Ela já conversa de igual para igual “O que vamos fazer?”. Porque ela tem condição de ajudar a fazer e ver se dá certo ou não. Antigamente, não. Nem direito de conversar direito. Porque você não tinha profissão, não tinha salário, você tinha que abaixar a cabeça.

De acordo com Whitaker (1988), quando a mulher faz a opção por ser mãe e não exercer trabalho remunerado, ela não se torna inferior às mulheres que continuam ou voltam ao mercado de trabalho. São papéis sociais diferentes que muitas, inclusive, se sentem obrigadas a acumular. Discutir e lutar pela igualdade de gêneros engloba também o direito das mulheres para fazerem livremente escolha escolhas, sem serem oprimidas ou pressionadas pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas sempre tive caráter, sempre! E eu sempre esperei porque eu sabia que minha hora iria chegar.

A racionalidade moderno/colonial condenou as mulheres ao espaço doméstico, tido como inferior e despolitizado, dificultando seu acesso e permanência no espaço público. A simbiose entre capitalismo, racismo e patriarcado, desvalorizaram os trabalhos domésticos e de cuidado, naturalizando-os como feminino.

As mulheres dividem com a sociedade e instituições o papel de educar, ofício fundamental para a manutenção ou transformação de realidades. Na configuração familiar moderno/colonial, é atribuída às mulheres a responsabilidade pela educação, e embora ela deva ser compartilhada entre todos/as, essa pode ser uma das potencialidades para confrontar a colonialidade.

Muitas mulheres já enfrentaram situações de opressão e ainda hoje resistem, defendem e educam para que outras não sofram as mesmas desigualdades e sejam caladas por grupos dominantes.

Vivemos em uma sociedade em que os discursos classistas, racistas, sexistas, machistas e misóginos contaminam o processo de subjetivação dos gêneros feminino e masculino.

Capitalismo, racismo e patriarcado se entrelaçam e a superação dessa condição só pode se dar de maneira completa, atacando todas as bases dessas estruturas. Assim, a libertação depende da tomada de consciência crítica e será verdadeira na medida em que ultrapassar o nível da individualidade. Ou seja, mesmo que “Maria” esteja livre de algum tipo de opressão, isso não significa o fim do sistema de dominação e exploração ao gênero feminino.

Quando as mulheres não têm consciência sobre as ideologias que as subjugam, ou quando as reconhecem sob um único viés – o fato de estarem ou não no mercado de trabalho – acabam naturalizando comportamentos que as coloca em situação de vítimas e/ou cúmplices de discriminação e violências contra o próprio gênero feminino. Entretanto, o compartilhamento de experiências, dores e temores torna possível que uma mulher oprimida eduque outra, e outra, e outra, que não aceitam mais a opressão. Feministas podem aprender com aquelas que não se consideram como tal, mas vivenciam as consequências do machismo, do sexismo e da misoginia.

Na qualidade de sistema de dominação e exploração, o patriarcado esconde muitos fantasmas. Mulheres que ocupam o espaço doméstico, veem suas demandas invisibilizadas e condenadas ao âmbito privado, sendo consideradas como menos importantes e não políticas.

Os movimentos feministas devem abarcar a diversidade de corpos, saberes e experiências, abraçando a pluralidade de “Marias”. Apesar das diferenças, e da existência de um ou mais feminismos, a exigência política por direitos se fortalece através da mobilização e luta coletiva e, para a transformação da realidade, consideramos imprescindível que mulheres tenham redes de diálogo e cooperação.

REFERÊNCIAS

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, H. B de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 206-214.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DUSSEL, E. Cultura imperial, cultura ilustrada y liberación de la cultura popular. (apêndice). In: DUSSEL, E. **Para uma ética da Libertação Latino-Americana: III Erótica e Pedagógica**. Piracicaba/São Paulo: Co-edição Edições Loyola/Editora UNIMEP, 1974.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** [en linea] 2014, 22 (Septiembre-Diciembre), p. 935-952.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

RAMOSE, M. Globalização e ubuntu. In: SANTOS, B; MENESES, M. P (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p.159-200.

RUBIN, G. **Políticas de sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. 3ªed. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGATO, R.L. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Tradução: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021

WALSH, C. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados - Educación Y Sociedad**. Año 1 Número 1- 2014. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/entramados/article/view/1075/1393>. Acesso em: mar. 2023.

WHITAKER, D. C. A. **Mulher e homem: o mito da desigualdade**. São Paulo: Moderna, 1988.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**. Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Apris, 2018.